



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006763-59.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Fabiano Fernandes**
 Embargado: **Luiz Carlos de Lima**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

FABIANO FERNANDES apresentou **EMBARGOS À EXECUÇÃO** que lhe move **LUIZ CARLOS DE LIMA**, alegando, em resumo, impenhorabilidade do imóvel objeto da restrição nos autos principais, tendo em vista que o bem é o único pertencente aos fiadores. Pleiteia, assim, o reconhecimento da penhora incorreta e o levantamento da constrição.

O embargado apresentou impugnação, rebatendo a gratuidade judiciária concedida e alegando, em preliminar, ilegitimidade passiva, tendo em vista que o imóvel objeto da restrição não é de propriedade do embargante. No mérito, propugnou pela validade da garantia.

É o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra, por não haver necessidade de produção de outras provas.

Primeiramente, rejeito a impugnação à justiça gratuita apresentada pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

embargado. Isso porque não foram trazidos elementos de convicção seguros a infirmar a miserabilidade declarada pelo embargante. Assim é que o interessado apontou sua atual ocupação como "entregador de pizzaria" (pág.25), situação distinta da outra declarada, de "empresário". Resumidamente, sem elementos que afastem a declarada hipossuficiência, mantém-se o benefício da justiça gratuita deferido ao embargante, rejeitada a impugnação trazida.

Impõe-se, contudo, o acolhimento da arguição de ilegitimidade ativa.

Incontroverso nos autos que o imóvel objeto da restrição combatida pertence a Roberto Fernandes e sua mulher Lúcia Marina Guerreiro Fernandes e que, estes figuram como executados nos autos principais, juntamente com o embargante.

Todavia, a pretensa legitimidade processual do embargante esbarra na regra do artigo 18, *caput*, do Código de Processo Civil, que assim prevê:

"Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico".

Forçoso reconhecer que o embargante carece de legitimidade para apresentação da postulação, não lhe aproveitando a regra do artigo 917, da nável legislação processual (CPC/2015) que autoriza o executado a apontar a ocorrência de "penhora incorreta", o que não é a hipótese dos autos.

E não lhe aproveitaria a argumentação de impenhorabilidade, por ser o imóvel penhorado, segundo o alegado, o único pertencente aos fiadores.

Reconheça-se que tem prevalecido o entendimento apresentado pelo embargado, consubstanciado na súmula nº 549, do STJ, *in verbis*:

"É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação."

Em precedentes similares, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

"Embargos a execução – Locação de Imóvel – Sentença que julgou extintos os embargos"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por falta de legitimidade ativa e interesse de agir – Locatária que objetiva, por meio de embargos à execução, obstar penhora que, em tese, recaiu sobre imóvel dos fiadores – Embargante que não detém quaisquer direitos ou deveres relativos ao imóvel, não podendo, por conseguinte, pleitear em nome próprio, direito alheio (art. 6º, do CPC, de 1973) - Ilegitimidade ativa reconhecida - Ausência de cópia do autor de penhora ou documento comprovando a efetivação do ato constitutivo que revela a falta de interesse de agir
O Não obstante, é legítima a penhora do bem de família do fiador na relação ex locato - Com efeito, iterativa jurisprudência, inclusive C. STF e C. STJ, já firmou entendimento no sentido de que penhorabilidade do bem de família do fiador do contrato de locação, objeto do art. 3º, inc. VII, da Lei nº 8.009, de 23 de março de 1990, com a redação da Lei nº 8.245, de 15 de outubro de 1991, não ofenda a Constituição Federal - Sentença mantida - Recurso desprovido.

...

"FIADOR [...] A penhorabilidade do bem de família do fiador de contrato de locação, objeto do art. 3º, inc. VII, da Lei 8.009, de 23 de março de 1990, com a redação da Lei nº 8.245, de 15 de outubro de 1991, não ofende o art. 6º da Constituição da república" (RE 407688, STF, Tribunal Pleno, Rel. Min. CEZAR PELUSO, j., em 08.02.2006)" (Apelação nº 1007441-06.2015.8.26.0320, da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Neto Barbosa Ferreira, j., 08.02.2017, v.u.).

"APELAÇÃO – embargos à execução – FIADOR – LOCAÇÃO DE IMÓVEIS – BEM DE FAMÍLIA – Penhorabilidade – Cabimento – impenhorabilidade do bem de família que não é oponível diante da fiança prestada em contrato de locação – Aplicação do art. 3º, inciso VII, da Lei nº 8.009/1990 – RECURSO IMPROVIDO. " (TJSP; Apelação 1069143-94.2016.8.26.0100; Relator (a): Luis Fernando Nishi; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 15ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/09/2018; Data de Registro: 11/09/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – Interposição contra decisão que deferiu a penhora de imóvel da agravante, não acatando a arguição de impenhorabilidade do referido bem. Obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. Caso em que a impenhorabilidade não pode ser oponível, consoante inciso VII do artigo 3º da Lei nº 8.009/90. Bem pertencente também a terceira pessoa. Embargos de Terceiro. Decisão mantida. " (TJSP; Agravo de Instrumento 2178988-82.2018.8.26.0000; Relator (a): Mario A. Silveira; Órgão Julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 16ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/09/2018; Data de Registro: 17/09/2018)

"Locação de imóvel – Ação monitória – Cumprimento de sentença – Imóvel da fiadora – Bem de família caracterizado – Irrelevância – Possibilidade de penhora – Questão pacificada no Colendo Superior Tribunal de Justiça – Agravo improvido. " (TJSP; Agravo de Instrumento 2119009-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

92.2018.8.26.0000; Relator (a): Vianna Cotrim; Órgão Julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Foro de Franca - 5ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 05/09/2018; Data de Registro: 05/09/2018)

Sem efeito, portanto, a pretendida denúncia da garantia.

Em suma, forçoso reconhecer que não há fundamento a obstar a penhora combatida, impondo-se o rejeição dos embargos. Apesar da rejeição das teses trazidas pelo embargante não se vislumbra fundamento para a pretendida condenação por litigância de má fé.

Isso posto **REJEITO** estes **EMBARGOS À EXECUÇÃO** apresentados por **FABIANO FERNANDES** contra **LUIZ CARLOS DE LIMA**, extinguindo-os sem resolução do mérito, reconhecendo a ilegitimidade ativa do embargante (art. 485, VI, do Código de Processo Civil). Sucumbente, responderá o embargante pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios que fixo em 15% do valor do crédito exequendo, atualizado. A cobrança das verbas de sucumbência far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 10 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**